



Estados poderão receber US\$ 1,2 bi em crédito externo

Plenário autorizou os estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe e o município do Rio de Janeiro a tomarem empréstimos junto a instituições financeiras internacionais

Do valor total, US\$ 350 milhões deverão ser contratados pelo Ceará com o Banco Mundial para projeto de apoio ao crescimento econômico. O estado também receberá US\$ 400 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinados a programa viário para escoar a produção.

Pernambuco deverá tomar até US\$ 400 milhões junto ao BID para programa de consolidação do equilíbrio fiscal do estado. Outros US\$ 60 milhões do banco irão financiar programa de desenvolvimento do turismo de Sergipe. No caso do Rio, serão US\$ 16,2 milhões do Banco Mundial para o projeto Rio de Excelência. **10**



Eduardo Braga conversa com Aloysio Nunes, autor do projeto de regras para ONGs

Plano de Educação fica para terça-feira 3

Audiência debate infraestrutura para logística do Centro-Oeste **8**

Henrique Alves: Dilma não vetará orçamento impositivo **11**

Senado aprova embaixadores em Mianmar, Cuba e Unesco **9**

Arbitragem e mediação avançam em comissão 7

Regras para contratar ONGs seguem para a Câmara

Foi aprovado em votação suplementar o projeto que regula as relações entre o poder público e as organizações da sociedade

civil. ONGs terão que ter pelo menos três anos de funcionamento para se candidatar a parceiras da administração pública. **5**

Bolsa Família deverá integrar Lei da Assistência Social **4**

Comissão analisa 10 anos do Estatuto do Desarmamento **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan Calheiros (4º à esq.) folheia o livro apresentado pela procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (D), na presença de deputadas e senadoras

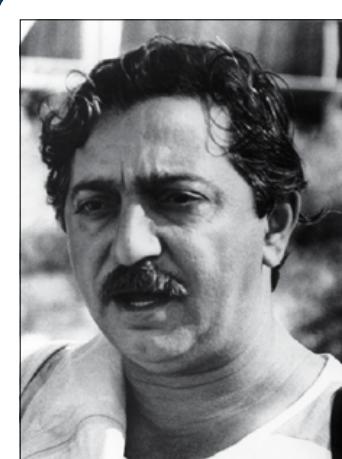
Número de mulheres na política ainda é pequeno

As Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara lançaram ontem publicação que marca a segunda fase

de campanha de conscientização das mulheres para a política. Para a procuradora da Mulher do Senado, Vanessa

Grazziotin, a baixa participação feminina destoa do papel e da responsabilidade da mulher na sociedade. **2**

Patio França/Agência Senado



Ambientalista foi morto a tiros em Xapuri, Acre, há 25 anos

Chico Mendes é o patrono do ambiente

Reconhecimento simbólico foi aprovado ontem pelo Senado em projeto que declara Chico Mendes patrono do meio ambiente. Congresso faz homenagem na segunda. **9**

Livro *+ Mulher na Política*, que integra a campanha Mulher, tome partidol, foi lançado ontem pela procuradora Vanessa Grazziotin e pelo presidente Renan Calheiros, além de várias outras autoridades



Vanessa Grazziotin e Renan Calheiros se cumprimentam na cerimônia, observados por Jô Moraes e Elcione Barbalho

Publicação cobra maior participação feminina

A PROCURADORIA DA Mulher do Senado lançou ontem o livro *+ Mulher na Política*, editado em parceria com a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados.

A publicação mostra a baixa presença feminina na política, apontada por estudo da Consultoria Legislativa baseado em dados da União Interparlamentar da Organização das Nações Unidas. Dos 188 países avaliados, o Brasil ocupa a 156ª posição em termos de ocupação de cargos no Parlamento. A situação também é bastante desfavorável ao país em termos continentais: dos 34 países americanos, o Brasil aparece na 30ª colocação.

O lançamento marca a segunda fase da campanha Mulher, tome partidol, movimento de conscientização das mulheres para que ocupem cada vez mais espaços na política.

— Se continuarmos no atual ritmo de crescimento de participação da mulher na política, demoraremos 150 anos para atingir a igualdade de gêneros — alertou, no lançamento, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), primeira procuradora da Mulher do Senado.

Para a senadora, a baixa participação feminina destoa do papel e da responsabilidade da mulher na sociedade. Ela ressaltou que as nações que avançaram nesse campo instituíram em lei ou de forma voluntária, por iniciativa dos partidos, a alternância de gênero nas candidaturas.

Durante o lançamento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lastimou que a representatividade da mulher na política ainda não tenha alcançado um índice satisfatório. Segundo ele, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer.

— Embora sejam maioria no eleitorado, as mulheres ainda não alcançaram igual representação nas instâncias políticas — ressaltou Renan.

Os números

Segundo dados do IBGE, as mulheres compõem 51,5% da população e são a maioria do eleitorado, representando 51,7% do total. Elas estão em maior número nas universidades do país e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. Quanto aos salários, a situação se inverte. Elas recebem 27,1% a menos que os homens.

Conforme Vanessa, as estatísticas também mostram que aumenta a cada ano o número de famílias chefiadas por mulheres — hoje já são 38%.

A cerimônia foi prestigiada por representantes do governo federal, Banco Mundial e ONU Mulheres, entre outras entidades.

Pedro Simon lança livro sobre fé e política

Pedro Simon (PMDB-RS) lançou ontem o livro *Fé e Política — de Pedro a Francisco*. Na obra, o senador comenta a conjuntura nacional e analisa as relações entre a fé e a política, tomando como ponto de partida as manifestações populares de junho deste ano e a vinda do papa Francisco ao Brasil.

Durante o lançamento, o senador elogiou o novo papa, sucessor de Bento 16, pela simplicidade e pela aproximação com o povo. O senador lembrou que o papa Francisco abriu mão de todas as regalias do cargo e está promovendo uma mudança em todo o clero e na própria sociedade.

Em relação à sociedade brasileira, Simon disse que a população deixou claro nas manifestações que não quer mais a política excludente dos gabinetes, mas sim uma



Elogiado, Simon disse que espera por mudanças na Igreja Católica e na política

política que escute a voz do povo. O senador disse ainda que espera mudanças, a partir do próximo ano, na postura da Igreja e da política no sentido de se aproximarem da população.

— Vamos construir, junto com o novo papa, uma nova Igreja e vamos construir junto com o povo brasileiro uma política voltada para toda a nação — disse.

O ex-ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto e o senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiaram a atuação ética e democrática de Simon.

Também estiveram presentes no evento os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ana Amélia (PP-RS), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Devolução simbólica de mandato a João Goulart é remarcada

A sessão solene do Congresso Nacional para devolver simbolicamente o mandato presidencial a João Goulart (1919-1976) foi remarcada para quarta-feira, às 15h, em razão da dificuldade encontrada pela família de Jango e outros convidados para chegar a Brasília, a partir do Rio de Janeiro, por causa das fortes chuvas que atingem a capital fluminense.

Eleitos os membros da Comissão Representativa

Foram eleitos os senadores para a Comissão Representativa, que responde pelo Congresso durante o recesso: Wellington Dias (PT-PI), Acir Gurgacz (PDT-RO), Romero Jucá (PMDB-RR), José Sarney (PMDB-AP), Waldemir Moka (PMDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e Vicentinho Alves (SDD-TO).

Mozarildo Cavalcanti: morte de Ottomar Pinto completa seis anos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou os seis anos de morte do ex-governador de Roraima Ottomar de Sousa Pinto.



trabalhou para o território virar estado e, em 1990, tornou-se o primeiro governador eleito, cargo que ocupou por mais duas vezes. Em 1996, foi eleito prefeito da capital, Boa Vista.

— Passados seis anos, eu quero aqui fazer uma homenagem a esse homem, que foi um militar e um político — afirmou Mozarildo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Administração

14h Proposta determinando que a criação e a extinção de órgãos, ministérios ou entidades da administração pública sejam feitas por lei complementar consta da pauta da sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Presidente da França

11h O senador Renan Calheiros participa de missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos; às 13h, de almoço oferecido pela presidente Dilma Rousseff ao presidente da França, François Hollande, no Palácio do Itamaraty; e às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Legislação sanitária

7h45 A Comissão de Agricultura e Reforma agrária examina o projeto que consolida a legislação sanitária vegetal e animal e o que eleva o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

CDH Família

8h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública sobre as novas configurações de família. A reunião terá transmissão ao vivo pelo Portal e-Cidadania.

LEI DE LICITAÇÕES Relatório final

9h Votação do relatório final da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

CRE Embaixadores

10h Cerimônia de aposição do retrato do senador Fernando Collor na galeria de ex-presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na segunda parte da reunião, os senadores sambinam João Luiz de Barros Pereira, para embaixador na Guatemala, e Jorge José Frantz Ramos, para a Albânia.

CMO Setoriais

10h/18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para votação dos relatórios setoriais da proposta de lei orçamentária anual.

MISSA Encerramento dos trabalhos

11h Missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos, a ser oficiada pelo arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, no Salão Nobre da Câmara. A cerimônia deverá contar com a participação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Decisão foi tomada após duas horas de debates entre defensores e opositores ao parecer do relator de Plenário, Eduardo Braga, que resgata proposta de Vital do Rêgo

Plano de Educação tem votação adiada para terça

FOI ADIADA PARA terça-feira a votação do novo Plano Nacional de Educação — PNE (PLC 103/2012). A decisão foi tomada após duas horas de debates entre senadores favoráveis e contrários ao parecer do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). Designado relator de Plenário, ele recomendou a votação do substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que retoma grande parte do texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Braga rejeitou o texto de Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pela Comissão de Educação (CE) em sessão relâmpago que gerou grande polêmica pelo baixo quórum. O relator vetou também substitutivo de Cristovam Buarque (PDT-DF).

A proposta prevê a destinação, nos próximos dez anos, de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, a erradicação do analfabetismo e a garantia do acesso universal à escola, além de garantir os repasses do Fundeb às instituições que oferecem ensino especial e manter a educação inclusiva na escola regular. Foi acrescida ao texto a meta 21, proposta por José Sarney (PMDB-AP), para estimular



Eduardo Braga rejeita parecer de Alvaro Dias e proposta de Cristovam Buarque

a produção científica com a formação de quatro doutores para cada mil habitantes.

Vital do Rêgo afirmou que, após três anos tramitando no Congresso, o PNE se consolida como “um plano de Estado para a educação”. Para ele, o resultado do trabalho é uma carta de princípios que mostrará o compromisso do Brasil com o fim do analfabetismo, com atendimento escolar pleno e formação para o trabalho e cidadania.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado está desperdiçando a oportunidade de promover um “extraordinário salto de qualidade” por não responsabilizar gestores que descumprirem as metas nem prever uma lei de

responsabilidade educacional.

— Ele não promoverá os avanços que poderíamos aqui decretar, se amarrássemos a ele os dispositivos de exigência e de responsabilidade educacional — lamentou.

Já José Sarney disse não ser “um entusiasta” do plano, para ele, uma “junção de retalhos” entre os interesses de diversos grupos. Por sua vez, Cristovam Buarque criticou a rejeição à proposta dele de expandir as escolas federais para todo o país, aprimorar a carreira docente e implantar a jornada integral.

— Eu gostaria de ter a chance de debater, em vez de a proposta ser recusada de uma maneira tão rápida — lamentou.

Alvaro diz que aprovação do projeto será motivo de tristeza

O senador Alvaro Dias criticou o Plano Nacional de Educação (PNE) da forma proposta pelo governo e disse que a aprovação dele será “razão para uma enorme tristeza”.



Moema Moraes/Agência Senado

alcance de metas.

— Todos os dispositivos que asseguravam o cumprimento do PNE foram extirpados. Monitoramento, avaliação constante, prazos

para cumprir metas, fiscalização com o tribunal de contas, responsabilização — enumerou.

Segundo o senador, sem uma Lei de Responsabilidade Educacional, as metas serão “letra morta e enfeite de biblioteca”.

Cristovam condena “retrocesso e enganação” de substitutivo

Durante a discussão do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) ontem, o senador Cristovam Buarque criticou duramente o substitutivo em votação, classificando-o de “enganação ao povo brasileiro” e “retrocesso” em relação ao relatório do senador Alvaro Dias aprovado na Comissão de Educação (CE). Cristovam defendeu um PNE que determine planos de longo prazo para remover do Brasil a pena



de país sem educação.

— O PNE devia ter

só duas metas: o Brasil vai estar entre os países com a melhor

educação do mundo,

e o filho do mais pobre brasileiro vai ter

acesso a uma escola com a

mesma qualidade do filho do

mais rico — disse.

Segundo Cristovam, somente o governo federal pode executar a proposta da “revolução na educação de base”, pois os custos são muito elevados para as prefeituras.

Braga garante que repasse às Apaes está assegurado

Segundo o líder do governo, Eduardo Braga, a meta 4 do PNE, que trata da educação inclusiva, foi uma das áreas mais debatidas e negociadas.

De acordo com o senador, está assegurado o atendimento de crianças e jovens em escolas inclusivas e também em instituições especializadas de ensino.

— É uma decisão que o próprio usuário e a família poderão tomar para a

formação adequada — disse.

Ao ser questionado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre o repasse de recursos às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), Braga respondeu que o governo vai honrar os compromissos assumidos.

— Teremos contraturnos nas Apaes com matrículas e teremos repasses do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] — garantiu.

Vital: setor pode ter R\$ 440 bi em 10 anos

Antes do anúncio do adiamento, Vital do Rêgo afirmou que o substitutivo dele não difere muito do projeto inicial e das demais propostas, inclusive da de Alvaro Dias, aprovada pela Comissão de Educação sem apoio do governo.

— Todos nós podemos nos honrar de ter resgatado para o Brasil um plano que vai traduzir investimentos na ordem de R\$ 440 bilhões, ou 10% do PIB dos próximos dez

anos — enfatizou Vital.

O valor, lembrou ele, é o dobro de tudo o que se gasta em educação atualmente e maior que o investido pela maioria dos países.

— O texto estabelece metas de aplicação das reuniões públicas em educação, valoriza professores e profissionais da área, promove princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental —

acrescentou o senador.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) também elogiou a proposta, que, na opinião dele, elevará a educação a um status de prioridade nacional.

— Trata-se de um plano que está em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e é fruto de um amplo debate entre os Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade — disse Eunício.

Ângela Portela defende 10% do PIB para a educação no próximo decênio

Ao comentar o novo PNE, Ângela Portela (PT-RR) defendeu a destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para educação no decênio, sendo 7% até o quinto ano de vigência do plano.

— Considero de suma importância a manutenção dessa proposta. Elevar o investimento na educação é um desafio que há muito está na



pauta política e administrativa do país — disse.

Ângela também defendeu a universalização da educação especial para alunos de 4 a 17 anos que tenham deficiência, transtornos do desenvolvimento ou superdotação, que devem estudar preferencialmente na escola pública e receber atendimento especializado — afirmou.

Cartão para comprar material escolar e combate à violência a professores

Os beneficiários do Bolsa Família poderão receber um cartão magnético para comprar material escolar. É o que prevê o PLS 122/2013, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). De autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO) e relatado por Anibal Diniz (PT-AC, foto), o texto segue para outras comissões. O público-alvo



são as famílias com crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas.

A CDH aprovou também o PLS 191/2009, de Paulo Paim (PT-RS), que busca combater a violência contra professores ao prever a criação, nas escolas, de mecanismo para solucionar conflitos entre alunos e docentes. O texto segue para votação final na CCJ.

Senado aprova a criação de 474 novos cargos efetivos no Iphan

O Senado aprovou ontem o projeto que transforma 474 cargos vagos do Plano Especial de Cargos da Cultura em cargos efetivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Segundo a proposta, esses cargos serão ocupados gradualmente, respeitando a disponibilidade orçamentária e com autorização do Ministério



do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) explicou que

essas vagas serão

preenchidas por

concursos públicos.

— Com isso, podemos aparelhar o Iphan, que é uma instituição da maior importância para a preservação da memória do patrimônio cultural e histórico brasileiro — afirmou.

Bolsa Família poderá estar na Lei da Assistência Social

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a inclusão do programa na Loas, ao lado do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do benefício de prestação continuada, como política de Estado

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de Aécio Neves (PSDB-MG) que incorpora o Programa Bolsa Família à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) — Lei 8.742/1993. De acordo com o parlamentar tucano, a ideia do PLS 448/2013 é transformar o programa em política de Estado, tornando-o menos vulnerável “à vontade de governantes e a manipulações políticas e eleitorais”.

— Ao elevar o programa, dando a ele um caráter de programa de Estado, nós estaremos impedindo eventuais e recorrentes manipulações a que temos assistido ao longo de toda a sua existência — declarou.

Ainda de acordo com o senador, a conversão da proposta em lei trará “serenidade, segurança e tranquilidade” aos beneficiários do programa de transferência de renda.

O líder do Bloco de Apoio ao governo, Wellington Dias (PT-PI), esclareceu que a bancada estava liberada para votar como desejasse. Porém, ele fez objeções à inclusão do Bolsa Família na Loas sob o argumento de que essa lei equivale a um arcabouço geral que, tendo por base suas diretrizes, dá suporte a vários programas específicos.

— Estou só chamando a atenção quanto a isso porque senão a gente, daqui a pouco, vai querer inserir na Loas vários outros programas — observou.

Geraldo Magela/Agência Senado



De acordo com Aécio, proposta vai dar segurança aos beneficiários do programa

Em resposta, Aloysio Nunes Ferreira (SP), líder do PSDB, disse que a “advertência era desnecessária”. De acordo com ele, não há por parte do autor o objetivo de inserir na lei “tudo quanto é programa”, mas estender as regras ao Bolsa Família. Aloysio atuou como relator da matéria, como substituto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

— O programa é apresentado como um dos mais relevantes do atual governo e nós acreditamos que deve ter perenidade — argumentou Aloysio.

Proteção

Na justificação do projeto, Aécio observa que o Bolsa Família, hoje beneficiando 13,8 milhões de famílias em todo o país, faz parte de uma rede de proteção social que tem origens na aprovação pelo Congresso, em 1993, da própria Loas.

“Ao final do governo Fernando Henrique, já existiam

12 programas de proteção social distintos. Depois, o governo Lula unificou parte deles num só, com apoio maciço dos partidos no Congresso Nacional”, destacou o parlamentar. Ele observou ainda que a proposta confere ao programa o mesmo status de dois outros explicitados na Loas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o benefício de prestação continuada (BPC), que garante uma renda mínima mensal aos idosos acima de 65 anos e às pessoas com deficiência que não disponham de meios de sobrevivência.

Segundo Aécio, essa inclusão permitirá ainda que a sociedade acompanhe mais de perto a execução do Bolsa Família, do qual hoje participam cerca de 2 milhões de crianças sem que se tenha informações sobre frequência escolar ou dados de saúde.

O PLS 448/2013 segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Osvaldo Sobrinho destaca estudo sobre gastos com saúde no país

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) comentou estudo do Banco Mundial segundo o qual mais da metade dos gastos em saúde no Brasil estão no setor privado, sendo que o gasto público, de 3,8% do PIB, está abaixo da média de países em desenvolvimento.

Ele concordou que o



Para Sobrinho, problema da saúde no país é a má gestão

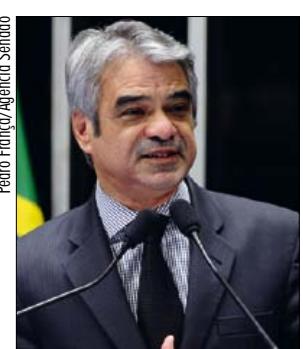
problema da saúde no Brasil se deve à má gestão de recursos. Segundo Sobrinho, com o mesmo gasto em hospitais, seria possível alcançar uma produção três vezes maior nos atendimentos.

Ele afirmou que o próprio Ministério da Saúde reconhece a desorganização do Sistema Único de Saúde (SUS) apontada pelo estudo, bem como admite que há um longo caminho para tornar a gestão eficiente.

— O fato é que o Brasil anda à mingua. Saúde, educação, segurança ainda estão no fim das prioridades de todas as autoridades estaduais, federais e municipais — lamentou o senador.

Humberto Costa comemora os 10 anos de funcionamento do Samu

Humberto Costa (PT-PE) saudou ontem os dez anos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que, segundo ele, ajudou a reduzir o número de mortes, o tempo de internação hospitalar e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce. Ele informou que, para



Humberto relata que Samu já tem mais de 3 mil ambulâncias

celebrar a data, o governo federal entregou na semana passada, em Tatuí (SP), 363 novas ambulâncias a 199 municípios de 18 estados.

Ele lembrou que o Samu foi criado em 2003, na sua gestão à frente do Ministério da Saúde, quando tinha apenas 309 ambulâncias. Hoje, são mais de 3.000, em 2.660 municípios, atendendo 140 milhões de brasileiros, ou 72% da população.

— Antes do Samu não havia o atendimento pré-hospitalar. Quem era atropelado, quem sofria um ataque cardíaco ou derrame cerebral na própria casa, tinha que ser levado de táxi.

Comissão aprova projeto sobre adoção de criança com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou projeto que estabelece prioridade na tramitação de processos de adoção quando a criança ou adolescente tiver deficiência ou doença crônica.

Segundo a autora do PLC 83/2013, deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), “isso não significa ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos”. Ela destaca que “o Conselho Nacional de Justiça tem se mostrado favorável a que essas causas judiciais tenham prioridade de tramitação”.

O relator na CDH, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que crianças com deficiência ou com doenças crônicas somam cerca de 10% das 80 mil que estão nos abrigos à

espera da adoção. A CDH aprovou regime de urgência para o projeto, que já pode ir a Plenário.

Outra proposta de alteração no ECA aprovada pela comissão foi o PLC 58/2013, do Executivo, que assegura a convivência familiar, por meio de visitas periódicas, a filhos cujo pai ou mãe esteja preso. O projeto também estabelece que a condenação criminal não implica automaticamente a destituição do poder familiar. Isto só aconteceria em caso de crime doloso praticado contra o próprio filho e punível com reclusão.

O relator na CDH foi Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto já havia passado pela CCJ e agora vai a Plenário.

Novas doenças deverão entrar na lista para aposentadoria facilitada

Pessoas com formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas poderão ser liberadas de cumprir o prazo de um ano de carência para receber o auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Proposta (PLS 319/2013) com esse objetivo foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o autor, Paulo Paim (PT-RS), nesse grupo estão doenças graves e incuráveis — como o lúpus eritematoso sistêmico, a osteoporose, a esclerose lateral amiotrófica, a esclerose múltipla e a artrite reumatoide — que podem levar os doentes à incapacidade de trabalhar e até à morte.

O parlamentar destaca que apenas os portadores das doenças que estiverem incapacitados para o trabalho serão beneficiados.

“O benefício só será concedido quando, além de constatada essa condição, a filiação do doente ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tenha ocorrido antes da manifestação da doença”, explica.

Na opinião da relatora do projeto na CAS, Ana Amélia (PP-RS), “trata-se mais de medida preventiva e acauteladora do que uma grande alteração no sistema previdenciário”.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lídice lembra os 65 anos da Declaração dos Direitos Humanos

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou ontem os 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para a senadora, a declaração permanece como uma das mais importantes já produzidas visando ao reconhecimento e à observância dos direitos fundamentais da pessoa

humana, exercendo também importante papel na condenação às violações desses direitos.

Registrando a abertura do Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, na terça-feira, a parlamentar observou que, no Brasil, mesmo com os insistentes esforços de diversos governos, um grande número de pessoas encontram dificuldades no exercício da cidadania e dos direitos fundamentais.

— Superar essa situação exige a participação não só do Estado, a quem cabe a responsabilidade primordial, como também de toda a sociedade — disse.



Para Lídice, é preciso esforços de todos para garantir direitos

Marco legal de parceria com ONGs vai à Câmara

Substitutivo foi aprovado ontem pela CCJ. ONGs terão que comprovar três anos de existência e experiência prévia na área para firmar parceria com administração pública

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) concluiu ontem a votação do substitutivo a projeto que define um marco legal para regular as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, como as organizações não governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

A proposta (PLS 649/2011) estabelece normas gerais para licitações e contratação das entidades sem fins lucrativos, com alcance sobre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Se não houver recurso para decisão final no Plenário, o texto seguirá agora para a Câmara. A votação suplementar foi necessária porque a matéria foi aprovada na forma de um substitutivo, em decisão final.

O autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), se baseou nas recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs para elaborar o texto. No substitutivo, o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), acolheu sugestões da sociedade e de representantes do governo, além de órgãos de controle.

Publicidade

Entre outras medidas, o substitutivo determina que a administração publique, no início de cada ano civil, os valores aprovados na lei orçamentária para ações que poderão ser executadas por meio de parcerias com o terceiro setor.

Para firmar as parcerias, os

Geraldo Magela/Agência Senado



Dornelles conversa com Aloysio Nunes, autor do projeto de regulamentação de parcerias entre governo e sociedade civil

gestores serão obrigados a fazer um chamamento público das organizações da sociedade civil. O edital do chamamento público deverá especificar, entre outras exigências, a comprovação de pelo menos três anos de existência da ONG, experiência prévia na realização do objeto da parceria e capacidade técnica e operacional.

O substitutivo estabelece dois tipos de instrumentos para contratação entre os governos e as ONGs e Oscips. Quando a administração pública propuser um plano de trabalho em regime de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, é assinado entre as partes um instrumento chamado de termo de colaboração.

Nos casos em que o plano de trabalho for proposto pelas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a administração pública, o instrumento

assinado pelas partes chama-se termo de fomento.

Uma série de regras deverá ser adotada pelas organizações, como a utilização de regulamento de compras e contratações também em conformidade com princípios da administração, inclusive a economicidade, a eficiência, a razoabilidade, julgamento objetivo e busca permanente de qualidade e durabilidade.

O texto define ainda as despesas que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, como a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, as diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

É permitido pagamento de funcionário próprio da organização da sociedade civil com recursos da parceria, mas não será permitido a esse funcionário acumular atividades

fora das tarefas previstas na parceria.

O substitutivo fixa impedimentos para a celebração de parcerias entre órgãos do governo e organizações da sociedade civil, como o fato de esta ser dirigida por ocupantes de cargos em órgãos ou entidades da administração pública. Outro impedimento é o fato de o dirigente da sociedade ter contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos ou ter sido considerado responsável por ato de improbidade.

A proposta ainda reforça o monitoramento e a avaliação das parcerias, que se dará paralelamente à fiscalização pelos órgãos de controle, e dedica um capítulo à prestação de contas. Além disso, tipifica alguns crimes e define as respectivas penas. Por exemplo, o ato de dispensar chamamento público, fora das possibilidades de dispensa previstas na lei, poderá gerar detenção de

seis meses a dois anos, além de multa.

Emendas

Rollemberg manteve na CCJ as modificações aprovadas nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde o senador também foi o relator. Na CCJ, ele acatou parte das emendas oferecidas ao texto, a maioria com ajustes de redação e técnica legislativa.

De mérito, ele acolheu emenda para explicitar que não poderão ser custeadas com recursos públicos auditorias independentes contratadas pelas ONGs, mesmo que visem garantir a boa gestão dos recursos repassados. O argumento é de que os contribuintes já arcam com os custos dos sistemas de controle da administração pública e que cabe à organização zelar pela correção da conduta dos prepostos e dos recursos recebidos.

O senador acatou emendas que preveem a possibilidade excepcional de pagamentos em espécie de serviços necessários ao adimplemento da parceria, justificados por peculiaridades do objeto, da região onde se desenvolverão as atividades e dos serviços a serem prestados, entre outras. O somatório dos valores não poderá superar o limite de 10% do valor total da parceria, com restrição de R\$ 800 por beneficiário, e deverá constar do plano de trabalho previamente aprovado pelo órgão, antes da celebração da parceria.

Suplicy pede homenagem a Mandela

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem em Plenário que assinou requerimento de homenagem ao ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, que morreu na quinta-feira passada, aos 95 anos. Suplicy, que classificou Mandela como "grande líder do século 20", destacou a presença de mais de 90 chefes de Estado à homenagem fúnebre na África do Sul e ressaltou a mobilização do povo sul-africano em honra do líder da luta pelo fim do regime do apartheid.



Pedro França/Agência Senado

— No dia de sua libertação, disse: "Acalento o ideal de uma sociedade democrática e livre em que todas as pessoas possam viver juntas em harmonia e com oportunidades iguais" — lembrou.

O senador destacou o cumprimento entre o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o chefe de governo de Cuba, Raúl Castro. O senador espera que o exemplo de Mandela de reconciliação auxilie a reaproximação entre os dois países.

Inácio lamenta morte do líder sul-africano

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lamentou ontem em Plenário a morte do líder sul-africano Nelson Mandela, que, segundo o senador, era um militante da causa socialista e membro do Partido Comunista da África do Sul. Inácio lembrou que Mandela acabou com o regime do apartheid e conseguiu unir o povo da África do Sul rumo ao desenvolvimento.



Pedro França/Agência Senado

Tanto é que, atualmente, o país africano faz parte do Brics, grupo

formado ainda pelo Brasil, Rússia, Índia e China e que tem se destacado no cenário econômico internacional.

Nelson Mandela corajosamente levantou a bandeira da educação e do esporte. O Mandela que chamou todos na África do Sul para a prática esportiva como fator também de unidade e integração de seu país. E, entre esses grandes eventos esportivos que foram parar na África do Sul, esteve a Copa do Mundo de 2010 — recordou o senador.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13

Um justo direito para quem percorre esse caminho
O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO FEDERAL

Senado discute política de controle de armas

Segundo a ONG Sou da Paz, nos 10 anos em que o Estatuto do Desarmamento está em vigor, houve uma redução de 12,6% no número de homicídios no país e de 70% no estado de São Paulo

A COMISSÃO TEMPORÁRIA sobre segurança pública e financiamento do setor debateu o controle de armas. Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, presidiu a reunião.

No dia 22, completam-se dez anos que o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) entrou em vigor. Marcello Fragano, da organização não governamental Sou da Paz, disse, citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que nesses dez anos caiu em 12,6% o número de homicídios no país. Também destacou que, em 2004 e 2005, quando houve intensas campanhas, foram recolhidas cerca de 200 mil armas por ano. Nos anos seguintes, foram recolhidas 25 mil armas por ano em média e aumentou o número de homicídios. O caso mais bem-sucedido é o de São Paulo, disse, que reduziu os homicídios em 70% em dez anos.

Pesquisa realizada pela ONG Sou da Paz a partir das armas apreendidas em flagrante pela polícia em São Paulo, durante três meses de 2011, mostrou que 65% das apreensões foram de armas de fogo e, dessas, 65% eram revólveres e 24,5%, pistolas. Entre as pessoas presas portando arma de fogo, 45,3%



Relator da comissão sobre segurança, Pedro Taques presidiu a reunião de ontem

cometiam roubo, 40,8% apenas portavam a arma ilegalmente e 7,2% praticavam tráfico de drogas. Quase metade dos presos tinha antecedentes criminais, sendo 27,2% por roubo, 12,4% por outra situação de porte ilegal, 11,9% por receptação e 6,4% por homicídio.

Do total de armas de fogo, 68% eram de fabricação nacional, o que comprova, segundo Fragano, que para tirar as armas ilegais de circulação não basta fechar as fronteiras.

Ele também manifestou preocupação com os projetos de lei que podem flexibilizar o estatuto, como os que autorizam o porte de armas para mais categorias profissionais. Fragano destacou que a mai-

ria das armas apreendidas são de cano curto e de calibre 38, que podem ser adquiridas, satisfeitas determinadas condições, por qualquer cidadão.

— Se dermos destaque à política de controle de armas legais, isso vai reverberar no mercado ilegal, que tem acesso a essas armas.

Representantes da Polícia Federal (PF) e do Exército explicaram que cabe à PF registrar e manter cadastro nacional das armas possuídas legalmente por cidadãos civis, enquanto o Exército controla as que estão em posse das Forças Armadas, forças de segurança e de caçadores, atiradores e colecionadores legalmente registrados.

Debate inclui regras de vigilância privada

Na audiência sobre controle de armas, a Comissão Temporária de Segurança Pública também ouviu opiniões de convidados sobre mudanças nos requisitos para o exercício da profissão de vigilante.

Pedro Oscar Viotto, diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), manifestou preocupação com projeto que trata da regulação da vigilância de instituições financeiras (PLC 25/2008). A proposta abrange a Lei 7.102/1983, que impede pessoas com antecedentes criminais de exercerem

a profissão de vigilante.

— Nos causa certa preocupação permitir que pessoas que estejam respondendo a processo criminal e inquérito policial possam continuar a atuar na atividade de segurança até que tenha trânsito em julgado. Os vigilantes complementam a segurança pública, mas atuam armados — disse.

Viotto informou que há cerca de 450 mil vigilantes no país, dos quais 90 mil trabalham no setor financeiro e 30 mil com transporte de valores.

Ivan Hermano Filho, vice-

-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), disse que o rigor da lei impede que pais de família possam trabalhar em decorrência de pequenos delitos ou de desafetos que registrem boletins de ocorrência.

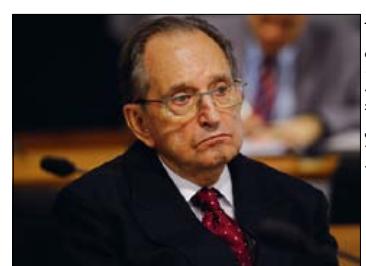
Para ele, o perigo da proposta seria permitir que estrangeiros possam ser donos de empresas de vigilância. Segundo ele, “em mãos erradas”, uma empresa de segurança poderia se converter em um “exército paralelo”.

Figueiró cobra benefício às policiais

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou da Câmara a votação de projeto de lei complementar que estabelece condições diferenciadas de aposentadoria voluntária às policiais.

Hoje, homens e mulheres policiais se aposentam voluntariamente depois de 30 anos de contribuição, desde que tenham desempenhado atividades policiais por 20 anos.

No entanto, a Constituição já estabelece critérios diferentes



para a aposentadoria de homens e mulheres. Diante disso, o senador defende a

adaptação da lei que regula a aposentadoria de policiais às regras constitucionais. Assim, as policiais poderão ter acesso ao benefício após 25 anos de contribuição, 15 dos quais em atividades policiais.

— Não se está inventando nenhum privilégio. O que se faz é corrigir uma injustiça que vem se perpetuando — afirmou ele, lembrando que o projeto chegou à Câmara em 14 de dezembro de 2001.

Comissão adia votação de projeto contra homofobia

A votação do substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao projeto que torna crime a discriminação ou o preconceito pela orientação sexual e identidade de gênero foi adiada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) devido a apresentação de pedido de vista coletiva.

O substitutivo ao PLC 122/2006 muda a Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito. Conforme o texto, poderá ser preso aquele que praticar crime de racismo, de discriminação contra idoso, deficiente ou índio, ou em função da orientação sexual.

— Cuidamos de elaborar uma regulação de convivência que contemple duas máximas milenares: a liberdade de arbítrio e o respeito ao próximo. As condutas criminalizadas não tratarão da esfera da consciência, mas da convivência, definindo apenas comportamentos que impliquem lesão a um funcionário.



Ativistas e entidades de defesa dos direitos dos homossexuais na CDH

Mesmo com as mudanças feitas por Paim, proposta ainda é polêmica

A reunião da CDH foi acompanhada por homossexuais e representantes de igrejas que se manifestaram mostrando que, mesmo com as mudanças de Paulo Paim, o PLC 122/2006 divide opiniões.

Gustavo Bernardes, presidente do Conselho Nacional contra a Discriminação LGBT, considera que o substitutivo contempla a expectativa das entidades de defesa dos direitos dos homossexuais. Ele avalia que a ausência do termo “homofobia” não prejudica o teor do texto. Considera positiva a retirada da referência ao Código Penal, já que há 300 mortes por ano em razão de crimes de homofobia, e “uma mudança nesse tipo de matéria leva em média 20 anos

tramitando no Congresso”.

O texto vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Reunião da CDH é acompanhada por homossexuais e representantes de igrejas



Vital do Rêgo, o relator, José Pimentel (C), autor de uma das propostas, e Luiz Felipe Salomão ressaltam importância da medida

Avança projeto que regula a mediação de conflitos

CCJ aprova substitutivo que integra três propostas e decide que a grande maioria dos casos poderá ser objeto de conciliação judicial ou extrajudicial para evitar o excesso de demandas na Justiça

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, substitutivo a três projetos que regulam a mediação como alternativa para a solução de conflitos. A proposta, que cria as mediações judicial e extrajudicial, estabelece que qualquer conflito pode ser mediado, exceto os que tratarem de filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), aproveitou no substitutivo ideias das três propostas — PLS 517/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES); PLS 405/2013, de comissão de juristas; e PLS 434/2013, de José Pimentel (PT-CE).

Ferraço se mostrou satisfeito com o texto e disse que a mediação contribui para a celeridade da Justiça em vários países.

— Vivemos uma cultura da judicialização, uma cultura do litígio que precisa com urgência ser substituída pela cultura do diálogo, da negociação, da conciliação — argumentou.

O senador Pedro Taques (PDT-MT), que teve duas emendas acolhidas pelo relator, disse esperar que a Câmara trabalhe com agilidade para aprovar o projeto.

— Este projeto é muito importante para a sociedade. Esperamos que não fique deitado numa gaveta escura da Câmara dos Deputados.

Presente durante a votação da matéria, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, que presidiu a comissão de juristas autora do PLS 405/2013, afirmou que a aprovação é “um passo importante e decisivo para o avanço das instituições” e para atacar um problema real

da Justiça brasileira, que é o acúmulo de novas demandas judiciais.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que a parceria — no caso, entre o Legislativo e o Judiciário — é sempre o caminho adequado para uma boa legislação.

— Constantemente nós somos acusados de legislar mal. Então, buscar a parceria com especialistas da competência e do talento do ministro [do STJ] Luis Felipe Salomão certamente é o caminho adequado — falou, referindo-se ao presidente da comissão especial de juristas responsável por um anteprojeto sobre o tema.

Como foi aprovado em forma de substitutivo, o projeto será votado ainda uma segunda vez na CCJ. Depois, se não houver recurso para votação em Plenário, segue para a Câmara dos Deputados.

Arbitragem entre empresas e setor público

Projeto que prevê o uso do instrumento arbitral para solucionar conflitos em relação a contratos firmados por empresas com a administração pública foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O PLS 406/2013, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), é resultado do trabalho da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão, e amplia a aplicação da arbitragem no país, estabelecida pela Lei 9.307/1996.

Segundo o relator da proposta, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), como o projeto altera uma lei já existente, não haverá muita dificuldade em aprovar a matéria na Câmara.

Trabalho

Pela proposta, também será possível usar a arbitragem



Problema do fórum de Foz do Iguaçu é o de todo o Judiciário: excesso de processos

para contratos trabalhistas de cargos de elevada hierarquia (administrador ou diretor estatutário) nas grandes empresas, desde que os funcionários deem início ao procedimento ou concordem expressamente com ele.

O projeto também obriga a redação da cláusula de arbitragem em negrito ou em documento apartado e admite a sentença parcial, com decisões sobre parte das controvérsias submetidas à arbitragem, antes de ser

proferida a sentença final.

Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão ainda recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medidas cautelares ou de urgência. Iniciada a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pela Justiça.

A proposta, aprovada com emendas, segue agora para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Senado aprova recondução do defensor público-geral da União

O Senado aprovou ontem a recondução de Haman Tabosa de Moraes e Córdova ao cargo de defensor público-geral da União. Aos 38 anos, ele foi indicado para o segundo mandato consecutivo. O nome do defensor foi aprovado com 48 votos favoráveis, 9 contrários e 3 abstenções.

Durante a sabatina, realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada, Córdova apontou como um avanço da sua primeira gestão o plano de interiorização da Defensoria Pública da União (DPU), que permitiu a criação de mais 789 cargos de defensor público federal.

Ele também destacou a melhoria do atendimento nas 64 unidades da DPU no país, com a redução do tempo de espera para os assistidos; a informatização dos procedimentos administrativos internos; o trabalho nos presídios federais, com a promoção de videoconferências entre os

presos e seus parentes; a ampliação na assistência jurídica internacional para refugiados brasileiros; e a divulgação de orientação jurídica por meio de programas de rádio comunitário.

A restrição orçamentária da DPU foi apontada como um dos desafios da próxima gestão. A instituição já começará o ano de 2014 com um déficit de R\$ 40 milhões. Na sabatina, o defensor apelou ao Congresso Nacional para aprovar emendas que garantam o funcionamento da instituição.



Haman Córdova pediu ao Congresso recursos para a Defensoria Pública

Criação de cargos na Justiça do Trabalho segue para sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de 44 cargos na Secretaria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (PLC 85/2013).

São 26 vagas para analistas e 18 para técnicos.

O texto, de iniciativa do Judiciário, seguirá para sanção da presidente da República.

Convocação de Tuma Jr. para explicar denúncias é rejeitada

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou ontem requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) para convidar o delegado e ex-secretário nacional de Justiça Romeu Tuma Junior para audiência pública na comissão. Tuma Jr. denuncia em livro a existência de uma “fábrica de dossiês” no governo federal, que teria sido montada pela administração petista para destruir as biografias de adversários políticos. Nas palavras do autor, trata-se de um “crime de Estado”.

Durante a discussão do requerimento, o líder do PT, senador Wellington Dias (PI), disse que tratar desse assunto não seria o “papel adequado do Senado”. Wellington Dias atribuiu a iniciativa do requerimento ao momento de disputas eleitorais.

— Todos os dias se lançam livros. Foi lançado livro da privataria tucana, foi lançado livro de toda ordem. Se a gente criar uma praxe aqui de, cada vez que alguém lançar um livro, fazer um requerimento para trazer para esta Casa, eu creio que é melhor a gente parar com o papel

adequado deste Parlamento — disse.

O líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), por sua vez, afirmou que o livro de Romeu Tuma Jr. contém denúncias graves.

Aloysio Nunes comparou-o ainda ao documento apócrifo entregue ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com denúncias sobre esquema de propina envolvendo políticos do PSDB nas licitações do metrô e trens em São Paulo.

— Não se trata de um documento apócrifo. Não. É um documento assinado, é um livro. Ele dá o nome dos agentes federais que participaram dos complôs — argumentou.



Romeu Tuma Jr. lançou livro em que acusa governo de fabricar dossiês

Estudo das confederações nacionais da agricultura e da indústria aponta investimentos de R\$ 36,4 bi em 106 obras como solução para escoar a produção da região

Comissão discute projeto de logística no Centro-Oeste

A PRODUÇÃO DA Região Centro-Oeste cresce mais do que a média nacional, mas, apesar da boa fase, ainda existe preocupação com os gargalos de infraestrutura que podem comprometer o escoamento dos produtos e minar a rentabilidade esperada. Saídas para evitar o apagão logístico da região foram discutidas ontem em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI).

O Projeto Centro-Oeste Competitivo, que aponta 106 obras prioritárias e um investimento de R\$ 36,4 bilhões até 2020, foi o principal tópico da discussão. Encomendado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o projeto é da empresa Macrologística Consultoria, que, segundo o diretor Olivier Girard, fez amplo levantamento sobre os modais de transporte de carga e identificou os gargalos para a integração física entre os estados da região e as demais regiões do país. Também foram apontadas soluções para superar os obstáculos à integração econômica do Centro-Oeste.

As 106 obras priorizadas no estudo são consideradas estratégicas para a construção de sistemas logísticos mais



Lúcia Vânia solicitou a discussão do projeto elaborado por Olivier Girard (D)

competitivos, ou seja, para permitir o escoamento mais rápido e mais barato da produção da região, representada principalmente por grãos, mas que também engloba minérios e produtos industrializados.

Para exemplificar os riscos de um apagão logístico, o senador Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que a região produzirá na próxima safra pelo menos 8 milhões a mais de toneladas de grãos.

— A decisão tomada há dois, três anos para obras que estão sendo implantadas hoje só terá resultado em dez anos. Nossa situação é bem delicada e requer atenção de governos e do setor privado.

Para Blairo, as prioridades apontadas no projeto poderão orientar a aplicação de recursos do Fundo do Centro-Oeste,

valorizando ações que sejam multiplicadoras de resultados para toda a região.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), que solicitou o debate, reafirmou a necessidade de planejamento no uso de recursos públicos, destacando ainda o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), como fórum de discussão e racionalização dos investimentos na região.

— Precisamos fortalecer a Sudeco e não permitir que ela seja, como foi no passado, apenas para pulverizar recursos.

Delcídio do Amaral (PT-MS) lembrou esforços do governo federal, como a realização de leilões de rodovias e aeroportos, mas observou que as necessidades em infraestrutura ainda vão exigir esforços por muitos anos.

Para Moka, região será destaque na campanha à Presidência

A capacidade produtiva do Centro-Oeste foi apontada por Waldemir Moka (PMDB-MS) como justificativa para os investimentos propostos no estudo apresentado pela Macrologística. Para ele, são investimentos que devem constar do plano do próximo governo. Moka acredita que a região será destaque nas propostas de todos os candidatos à Presidência da República.

— Estamos fazendo nossa parte para agilizar, para sair da burocracia, dispensando até licença ambiental para construção de armazéns — disse. O governador também reclamou do excesso de rigor dos bancos para a aprovação de financiamentos para custear os empreendimentos.

A burocracia também foi criticada por Osvaldo Sobreiro (PTB-MT) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Já Pedro Taques (PDT-MT) apontou a falta de planejamento em infraes-

trutura como problema recorrente no Brasil.

— Faz-se um equipamento aqui, uma obra ali, sem sinergismo, sem ligação entre esses equipamentos, entre os modais de transporte — observou, ao relatar caso de investimentos em hidrovias sem a interligação com rodovias.

No encerramento do debate, Renato Pavan, presidente da Macrologística, destacou a importância da atuação conjunta do setor privado e das bancadas parlamentares do Centro-Oeste. Ele também elogiou a união e a ação coordenada dos senadores que representam os três estados da região e o Distrito Federal.

Senador destaca produção do Centro-Oeste, com crescimento do PIB acima do nacional

Capiberibe comemora integração ao norte do Brasil

O senador João Capiberibe (PSB-AP) comemorou a inauguração, em breve, da ponte que vai ligar o estado do Amapá à Guiana Francesa, que irá integrar o Brasil com a região norte da América do Sul, por meio do que ele chamou de Rodovia Transguianense.

— E isso vai reparar um erro histórico do país, que sempre virou as costas para a integração cultural e econômica, a partir do Amapá, com os países do platô das Guianas, a Venezuela, a Colômbia e as ilhas do Caribe — disse.

Capiberibe informou que

a rodovia vai ligar Macapá a Boa Vista, com a possibilidade de chegar a Caracas, na Venezuela, e a Bogotá, na Colômbia, aos demais países andinos e aos países da América Central.

Na avaliação do senador, esse estreitamento de laços não fica restrito às relações entre o Brasil e os demais países da América do Sul, mas se estende, também, ao Mercosul e à União Europeia, pois a Guiana Francesa integra este bloco.

Capiberibe acrescentou que a Rodovia Transguianense

nense permitirá integrar os 63 milhões de habitantes do Nordeste e da Amazônia Oriental com os 80 milhões de habitantes do norte da América do Sul.

João Capiberibe quer que a Comissão de Relações Exteriores reúna-se com representantes dos países envolvidos para discutir o que pode ser feito pelas relações entre eles.



Capiberibe vê na interligação rodoviária um reparo a erro histórico

Rodovia Transguianense

A Rodovia Transguianense permite ligar Macapá a Manaus e a Caracas (Venezuela), passando por Boa Vista, Caiena (Guiana Francesa), Paramaribo (Suriname) e Georgetown (República da Guiana).



Ponte entre Amapá e Guiana Francesa permitirá ligação rodoviária de vários países

Senado aprova mudança de nome do aeroporto de Natal

O Senado aprovou ontem a mudança de nome do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, a 13 quilômetros de Natal. Pela proposta, o local será chamado Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante — Governador Aluízio Alves. O texto segue para a sanção presidencial.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 66/2013, de autoria do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi relatado pelo senador Gim (PTB-DF). Na justificativa, o autor destacou a relevância do homenageado, “um apaixonado pela política e pelo jornalismo”. O autor do projeto, que é filho de Aluízio Alves e presidente da Câmara dos Deputados, destacou a luta do político pela restauração da democracia na década de 1980.

Projeto que dá reconhecimento simbólico à vida e à obra de Chico Mendes foi aprovado ontem e vai a sanção. Vida do ambientalista foi saudada por senadores e Congresso fará sessão de homenagem

Mundo Smith



Chico Mendes ao lado da mulher, Ilzamar Mendes, na casa deles em Xapuri, semanas antes da morte dele, em 1988

Senado declara Chico Mendes patrono do meio ambiente

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 95/2013, que declara o ambientalista Chico Mendes patrono do meio ambiente no país. Como já foi aprovado na Câmara dos Deputados e não foi alterado no Senado, o projeto vai agora a sanção.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que Chico Mendes queria desenvolver a economia do Acre e da região amazônica e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. O senador lembrou que o ambientalista, tornou-se uma figura importante na história do país, além de um símbolo mundial da defesa da natureza.

— É uma figura emblemática, que defendia a natureza e a distribuição de renda — declarou Inácio.

De acordo com Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Chico Mendes era uma referência no desenvolvimento sustentável. O senador elogiou a iniciativa da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), autora da matéria, e disse que o efeito simbólico do projeto é muito grande. Na visão de João Capiberibe (PSB-AP), relator do projeto no Senado, a homenagem é justa e merecida.

— Chico Mendes será lembrado, pelo futuro afora, como aquele que imolou a

sua vida em defesa da floresta e do planeta — assinalou o parlamentar.

Anibal Diniz (PT-AC) aproveitou para convidar os senadores para uma sessão especial que o Congresso realiza na segunda-feira para lembrar os 25 anos da morte de Chico Mendes. O ambientalista foi assassinado a tiros, no quintal da casa dele, em Xapuri (AC), em 22 de dezembro de 1988, uma semana depois de completar 44 anos. Para Anibal, as homenagens que o Senado presta a Chico Mendes mostram que “a Casa está absolutamente sintonizada com o meio ambiente”.

Regras para renegociação de dívida rural vão à Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) confirmou a aprovação do relatório de Benedito de Lira (PP-AL) ao Projeto de Lei do Senado 622/2011, que beneficia agricultores do Nordeste com renegociação de dívidas. Por ser um substitutivo, o texto passou por um turno suplementar de votação ontem, período em que esteve aberto para receber emendas. Como não foram apresentadas novas sugestões, a proposta, de Lídice da Mata (PSB-BA), que recebeu decisão final, deve seguir para a Câmara.

O projeto estabelece novos

limites para remissão e renegociação de dívidas dos agricultores nordestinos contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Dívidas de até R\$ 30 mil poderão ser anistiadas. Já os agricultores com dívidas de até R\$ 200 mil e comprovada incapacidade de pagamento poderão obter mais descontos para efetuar a liquidação.

O texto aprovado prevê impacto para o governo federal, mas o custo adicional, segundo o relator, permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito rural.

Comissão de Mudanças Climáticas apresenta relatório de atividades

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou ontem o relatório final de atividades em 2013. Presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a comissão é formada por 14 senadores e 14 deputados, além de igual número de suplentes.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) explicou que o relatório dele detalha as atividades da comissão no ano, destacando as audiências públicas realizadas em Brasília e nas Assembleias Legislativas de Pernambuco, Amazonas, Paraná e Santa Catarina. As

audiências, informou Sarney Filho, trataram de assuntos como os processos de conscientização popular sobre o valor do meio ambiente, o papel das escolas na valorização ambiental, o pagamento por serviços ambientais, a prevenção de desastres naturais e a economia de baixo carbono. Sarney Filho também registrou no relatório a realização do Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: a agenda pós-Varsóvia. O encontro ocorreu na sexta-feira e contou com a presença da ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



Cesario Melantonio Neto será o embaixador em Cuba, Alcides Gastão Rostand Prates irá para a embaixada em Mianmar e Eliana Zugaib irá para a Unesco, em Paris

Plenário aprova três indicações diplomáticas

Cuba

O próximo embaixador do Brasil em Cuba, Cesario Melantonio Neto, foi considerado por Cristovam Buarque (PDT-DF) “um dos mais experientes dos nossos diplomatas”.

Recentemente, o intercâmbio entre Brasil e Cuba foi impulsionado pelo Programa Mais Médicos. De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, em 2012 o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos. O saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante desse

quadro, esforços vêm sendo desenvolvidos para identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados para o Brasil.

Mianmar

Ministro de primeira classe do Itamaraty, Alcides Prates é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

As relações diplomáticas entre Brasil e Mianmar têm se fortalecido. A embaixada de Mianmar foi instalada em Brasília em 1996 e a embaixada do Brasil em Yangon ficou pronta quatro anos mais tarde.

As áreas com possível incremento da cooperação bilateral

são agricultura, segurança alimentar e políticas sociais, saúde, transporte aéreo, energias renováveis (hidrelétrica), softwares, processo legislativo, educação e esportes.

Unesco

A diplomata Eliana Zugaib é a indicada da Presidência da República para exercer o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Unesco, em Paris. Além dos vários cargos que ocupou no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, Eliana Zugaib já atuou nas embaixadas brasileiras em Paris, Praga, Londres e Buenos Aires. O Brasil integra o Conselho Executivo da organização, com mandato até 2015.

Ana Amélia cobra empenho do governo para liberar calçados

Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem do governo federal medidas duras para pressionar o governo argentino a liberar a entrada dos 750 mil pares de sapatos dos fabricantes brasileiros, principalmente gaúchos, que foram barrados na fronteira.

A senadora lembrou que a liberação das barreiras impostas pelo governo argentino já foi concedida, mas não foi marcada ainda uma data para isso. Ana Amélia quer empenho do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, em favor da indústria calçadista nacional.



Ana Amélia está preocupada com os prejuízos da indústria

Senado autoriza US\$ 1,2 bilhão em crédito externo para estados

A cidade do Rio de Janeiro também foi contemplada com autorização para contratar empréstimo de US\$ 16,2 mi com o Banco Mundial

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco operações de crédito externo, no valor global de mais de US\$ 1,2 bilhão e com aval da União, para o Ceará, Sergipe, Pernambuco e o município do Rio de Janeiro.

Um dos empréstimos, de US\$ 350 milhões, deverá ser contratado pelo Ceará com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Os recursos irão financiar parcialmente

o projeto de apoio ao crescimento econômico do estado. Os investimentos, de acordo com o Tesouro Nacional, estão previstos no Plano Plurianual (PPA) do Ceará.

Uma segunda operação, de US\$ 400 milhões, será assinada também pelo Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A verba deverá ser aplicada no programa viário do estado, para integrar regiões produtoras aos mercados consumidores

e a portos e aeroportos.

O Plenário aprovou também autorização para o município do Rio de Janeiro contratar operação de crédito externo com o Banco Mundial no valor de até US\$ 16,2 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rio de Excelência.

Outro pedido de empréstimo aprovado deverá ser assinado entre o BID e Sergipe, no valor de US\$ 60 milhões. Os recursos financeirão parcialmente o

Programa de Desenvolvimento do Turismo no estado.

A última proposta aprovada prevê a contratação de operação de crédito externo de até US\$ 400 milhões para o estado de Pernambuco. Os recursos serão levantados junto ao BID e financeirão o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social (Procofins).

As cinco propostas seguem agora para promulgação.



Projetos de infraestrutura, turismo e consolidação fiscal dos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe, respectivamente, foram contemplados pelo Plenário

Aprovada redução de juros das dívidas de estados e municípios

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem projeto que reduz os encargos pagos por estados e municípios sobre as dívidas com a União. De iniciativa do Executivo, o PLC 99/2013 troca o indexador dessas dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, reduz os juros, dos atuais 6% a 9% ao ano, para 4% ao ano.



aplicada a que for menor, para evitar que os entes federados paguem à União juros maiores que os de mercado, como acontece hoje.

Vários senadores destacaram o empenho do senador Luiz Henrique (PMDB-SC, foto), relator do PLC 99/2013, na obtenção de um acordo que viabilizasse a aprovação da matéria. O presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltou o empenho do presidente da CAE,

senador Lindbergh Farias (PT-RJ), em colocar a proposta em votação.

O texto, vindo da Câmara dos Deputados, será votado em fevereiro no Plenário.

Hoje, mesmo pagando em dia, saldo devedor segue crescendo

Segundo dados apresentados por Luiz Henrique, em 1997 o estado de São Paulo renegociou uma dívida de R\$ 46,5 bilhões pela qual pagou R\$ 78,3 bilhões até 31 de dezembro de 2012, quando ainda tinha um saldo devedor de R\$ 184,2 bilhões. Situações semelhantes enfrentam Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No total, em 1997, foram refinanciados R\$ 127 bilhões. Desse montante, estados e municípios pagaram R\$ 263 bilhões e ainda devem R\$ 467 bilhões.

Na origem de tudo, segundo o relator, Luiz Henrique, está uma combinação de indexador com pouca correlação com a variação nominal dos ativos e receitas estaduais e

municipais e uma taxa de juros elevada, de 6% a 9% ao ano.

De maio de 2000 a dezembro de 2012, enquanto a aplicação (IGP-DI) mais 9% de juros resultou em 762% de encargos, a taxa Selic variou 452%.

Diante dos dados, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) comparou os contratos mantidos pela União com estados e municípios a dívidas com agiotas.

Com a aprovação do PLC 99/2013, como o limite da Selic será aplicado desde o início dos contratos — na década de 1990 —, os encargos serão recalculados e a diferença a menor será usada para abater o saldo devedor.

Casildo Maldaner cobra eficiência na gestão pública

O poder público precisa de uma gestão mais eficiente. O alerta é do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que reclamou ontem das dificuldades e da lentidão que o brasileiro enfrenta para que o Estado atenda suas demandas, como o pedido de uma certidão, de licença para construção ou de licenciamento ambiental. Casildo elogiou o modelo de responsabilização e de metas de produtividade no serviço público feito pelo doutor em Economia Alexandre Rands Barros para melhorar a gestão pública no país.

Segundo o senador, a proposta prevê punição não só de parlamentares e governantes, mas também de servidores públicos.



Pedro França/Agência Senado

Jarbas Vasconcelos pede solução para conjunto habitacional

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu ao governo federal e à Caixa Econômica Federal uma solução definitiva para o Conjunto Residencial Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes (PE).



Pedro França/Agência Senado

Inaugurado em 1982, há mais de dez anos o conjunto enfrenta problemas com interdição de prédios que correm o risco de desabar. Dos 70 prédios do Muribeca, 1 já foi demolido, 29 estão desocupados e mais 19 terão o mesmo destino, reclamou o senador.

Jarbas já pediu à Caixa informações sobre o que está sendo feito para resolver os problemas. Para o senador, não basta desocupar os prédios e pagar auxílio-aluguel às famílias desalojadas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Planalto manterá dispositivos na LDO e, em contrapartida, a Câmara deverá aprovar, em fevereiro, texto integral do Senado para PEC

Henrique Alves: Dilma concordou em não vetar o orçamento impositivo

O PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, Henrique Alves, anunciou que a presidente Dilma Rousseff comprometeu-se com o Congresso a não vetar os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 que tratam do orçamento impositivo. Em contrapartida, a Câmara deverá aprovar o texto integral do Senado para a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo em fevereiro.

Segundo Alves, o acordo viabiliza a aprovação da lei orçamentária este mês. Ele se reuniu ontem com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

A polêmica sobre o tema surgiu depois de a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara ter desmembrado a proposta que veio do Senado (PEC 353/2013) em duas: uma com a execução obrigatória das emendas parlamentares até o limite de 1,2% da receita corrente líquida, dos quais metade para a saúde (PEC 358/13); e outra com os artigos sobre o financiamento do setor, com limites mínimos de



Lobão Filho (E) e Henrique Alves na CMO: reunião com Temer buscará acordo

aplicação de recursos federais em despesas com saúde pública (PEC 359/2013). Agora, as duas propostas tramitarão em conjunto na mesma comissão especial, que deve reunir os dois textos.

Relatórios setoriais

Quanto aos dez relatórios setoriais da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), informou que haverá hoje uma reunião do vice-presidente da República, Michel Temer, com lideranças da base do governo, às 9h, para "harmonizar as

diferenças" e tentar chegar a um acordo para votação.

A confirmação do encontro, de acordo com Lobão Filho, foi do senador Walter Pinheiro (PT-BA). Se o cronograma for seguido, os relatórios terminam de ser votados hoje e o Orçamento de 2014 será votado pelo Congresso no dia 23 de dezembro.

Ontem, foram lidos seis relatórios setoriais. Faltam apenas dois para serem apresentados na comissão para que a votação possa ser iniciada.

Outros dois pareceres já haviam lidos na segunda (para a área de Poderes de Estado e Representação) e na

terça-feira (para as áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente).

O principal relatório lido ontem foi sobre a área de Saúde, que recebeu maior número de emendas individuais dos parlamentares. O relator da área, deputado Marçal Filho (PMDB-MS), aumentou o orçamento fiscal e da segurança social do Ministério da Saúde em R\$ 5,16 bilhões. O total apresentado pelo parlamentar chegará a R\$ 105,4 bilhões.

Entre os relatórios lidos ontem, também está o do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) sobre as áreas de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo e o do deputado Junji Abe (PSD-SP) para as áreas de Trabalho, Previdência e Assistência Social. No parecer para as áreas de Justiça e Defesa, o deputado Nelson Meurer (PP-PR) aumentou o orçamento fiscal e da segurança social do Ministério da Justiça em R\$ 31,1 milhões, chegando a R\$ 11,77 bilhões. Para o Ministério da Defesa, os recursos subiram R\$ 774,6 milhões, em um total de R\$ 73,66 bilhões.

(Com informações da Agência Câmara)

Comissão da MP de empréstimo ao BNDES elege presidente

A comissão mista que analisará a Medida Provisória (MP) 628/2013 será presidida pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). O nome foi definido em reunião realizada nesta quarta-feira. O relator da matéria será o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

A MP 628 autoriza o Tesouro Nacional a emprestar R\$ 24 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o relator, a análise deverá ficar para o próximo ano.

Grupo discutirá política tributária e sustentabilidade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para criação de grupo de trabalho destinado a tratar do tema "Política tributária e sustentabilidade".

O grupo vai ser integrado por senadores, deputados e instituições da sociedade civil, que serão designadas ou convocadas posteriormente por ato da presidência da comissão.

Senadores divergem sobre proibição de doações

O Supremo Tribunal Federal começou a julgar ontem uma ação apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que sejam consideradas inconstitucionais as leis que autorizam a doação de empresas a candidatos e a partidos políticos. Além disso, a OAB sugere que o Congresso Nacional aprove uma lei para estabelecer os limites para as doações de pessoas físicas.

O líder do DEM, José Agripino (RN), considera a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) danosa à democracia. Argumentou que em todo o mundo as empresas podem doar para possibilitar as campanhas políticas. Disse ainda que as pessoas jurídicas

têm todo o direito de defender os próprios pontos de vista e ajudar os partidos políticos e que as campanhas carecem de dinheiro, inclusive, para apresentarem, com mais eficiência, os candidatos aos eleitores.

— Acho que quem perde é a democracia. Perderia a alemã, perderia a americana, perderia a canadense. Fazer política sem o financiamento privado de campanha retira os meios para que a comunicação das ideias possa acontecer. Quem paga o pato é a democracia, porque as pessoas podem votar em quem não conhece.

Contraponto

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), por outro lado, se declara totalmente

favorável ao fim da doação de empresas às campanhas políticas. Explicou que, se essa proibição se confirmar, haverá mais igualdade nas disputas eleitorais.

— Como está hoje não há paridade de armas. Um gari não consegue disputar uma eleição em igualdade de condições com um banqueiro. Um banqueiro vai ter os grandes financiamentos de empreiteiras, do mercado financeiro, que o gari não vai ter.

Além disso, de acordo com o senador do PSOL, as doações de empresas são um alimentador de corrupção. Segundo ele, são inúmeros os escândalos em obras públicas envolvendo empresas que doaram para as campanhas eleitorais.

Flexa registra encontro do PSDB em Belém com presença de Aécio

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou a presença do presidente do partido dele, Aécio Neves (MG), em recente encontro da agremiação em Belém.

Flexa disse que as palavras de Aécio levaram esperança e entusiasmo ao povo paraense, que tem sofrido com a injustiça do governo federal.

Durante o evento, segundo o senador, lideranças do PSDB reforçaram a demanda pela revisão do pacto federativo e por novas regras para a mineração e condenaram a condução da economia por considerarem que o PT põe em risco a estabilidade da moeda.

— Mais do que acreditar nas pesquisas que mostram o quanto a população brasileira deseja mudança, acreditamos no olhar e no sentimento das pessoas. E foi emocionante ver o quanto a presença do senador Aécio Neves desperta entusiasmo em nossa gente — afirmou Flexa Ribeiro.

Requião cobra leitura do requerimento da CPI dos Transportes

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou a leitura do requerimento para a criação da CPI dos Transportes no Senado. Segundo ele, assessores de partidos políticos estariam procurando os senadores pedindo para que retirassem as assinaturas.

— O Senado não vai se desmoralizar com retirada de assinaturas sob pressão de partidos políticos — afirmou.

De acordo com Requião, o requerimento tem 39 assinaturas e foi protocolado na quinta-feira passada. O principal objetivo da CPI é investigar a razão das elevadas tarifas de transporte coletivo urbano em todo o país e verificar que medidas podem ser tomadas pelo poder público para equacionar a questão. Na justificativa, Requião destacou diversas irregularidades que têm sido praticadas em detrimento da população e que têm contribuído para a elevação das tarifas.



Plenário do Supremo Tribunal Federal durante o julgamento da inconstitucionalidade no financiamento de campanhas eleitorais



Secom | Criação e Marketing

Senado + transparente

É fácil
ficar sabendo

O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/losenado

www.senado.leg.br

